



BOLETIM 10 – Brasília, 13 de novembro de 2015

CNI diz que a indústria 'não aguenta mais' e rejeita CPMF

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga, afirmou nesta quinta-feira (11), durante a abertura do 10º Encontro Nacional da Indústria (Enai), em Brasília, que a situação da economia brasileira é "grave", que a indústria "não aguenta mais". Ele informou ainda que o setor rejeita o retorno da Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF) - tributo defendido pelo governo para tentar reequilibrar as contas públicas.

"A indústria não aguenta mais. O país não aguenta mais. O Brasil é maior do que qualquer crise. Sempre soubemos enfrentar e vencer momentos difíceis, mas é importante que se tenha uma perspectiva mais ampla sobre a atual situação. A situação é grave. O PIB caiu 2,1% no primeiro semestre de 2015 e deve fechar o ano com retração de 3%. Será o pior resultado desde que o confisco de ativos financeiros produziu uma recessão de 4,35% em 1990", afirmou Braga.

Segundo ele, a atual situação que exige "urgência na solução de questões econômicas, políticas e institucionais que são obstáculos ao pleno desenvolvimento do país". "É fundamental que o Brasil possa garantir uma agenda mínima que nos permita enfrentar as dificuldades de governabilidade e que possibilite prover as demandas de modernização econômica, política e institucional", declarou.

Em sua visão, é preciso, neste momento, ação e de construção de consensos, além de firme decisão política para levar adiante, com rapidez, mudanças legislativas. "A travessia exige rumo e comprometimento em torno das reformas institucionais. Não podemos deixar que o imobilismo, a inércia e a falta de compromisso público destruam o Brasil", acrescentou.

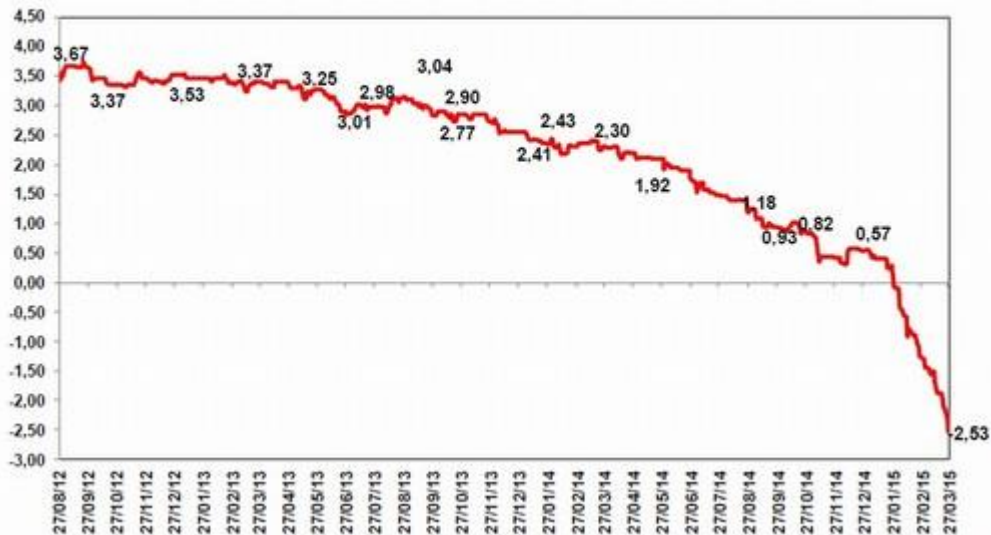
Para Robson Braga, os "desajustes" do Estado brasileiro estão na raiz do desempenho econômico ruim. "A agenda adequada para a superação do momento em que vivemos vai além da resolução de temas conjunturais. Ela precisa atacar entraves estruturais (...) Há muito a ser modificado na estrutura tributária, nas relações de trabalho, na legislação ambiental e na regulação das concessões", declarou.

Contra a CPMF

Apesar de pedir reformas, o presidente da CNI, entidade que representa o empresariado brasileiro, informou que o setor rejeita "peremptoriamente" as constantes propostas de criação de impostos e de aumento dos já existentes.

"Não aceitamos a ressurreição da CPMF. Quem produz e cria empregos neste país não suporta mais pagar tanto imposto. Quem gera riquezas neste país não tolera mais ser submetido a um sistema tributário caro, complexo e ineficiente", afirmou ele.

EXPECTATIVAS PARA O PIB INDUSTRIAL DE 2015



De acordo com Braga, o país não chegará a "lugar nenhum" pelo caminho do aumento da carga tributária. "Por essa via, só se conseguirá agravar o cenário de recessão ao qual fomos lançados por medidas equivocadas, que precisam ser corrigidas", declarou.

Ele concluiu dizendo que o país não pode mais postergar a solução dos seus problemas econômicos, políticos e institucionais. "Eles são graves, complexos e urgentes. Não é possível aguardar por um momento em que as questões em jogo sejam gradual e lentamente resolvidas. Temos pressa. Não podemos mais esperar", afirmou Braga, da CNI.

Proposta de retorno da CPMF

A proposta de retorno da CPMF foi anunciada pela equipe econômica em meados de setembro, como uma forma de tentar reequilibrar o orçamento de 2016 - que foi enviado inicialmente com estimativa, inédita, de déficit. Depois, no meio de setembro, recuou e anunciou um pacote de alta de tributos, contemplando a proposta de retorno da CPMF, e bloqueio de gastos, para buscar um superávit de R\$ 43,8 bilhões, ou 0,7% do PIB, para o ano que vem.

A CPMF foi um tributo que existiu até 2007 para cobrir gastos do governo federal com projetos de saúde. Agora, o governo propõe cobrar uma alíquota de 0,2% sobre todas as transações bancárias de pessoas físicas e empresas para ajudar a cobrir o rombo da Previdência Social.

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, tem defendido a recriação da CPMF como uma "ponte para o futuro, enquanto se constrói as outras coisas necessárias para o país voltar a crescer".

Fonte: G1

Produção industrial cai em 10 dos 14 locais pesquisados

A produção industrial em setembro caiu em dez dos 14 locais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As quedas mais acentuadas foram registradas na Bahia (-7,6%) e no Rio de Janeiro (-6,6%). Os resultados positivos foram verificados no Pará (12,6%), Paraná (5,1%), Espírito Santo (1,3%) e Amazonas (0,1%).

A indústria nacional teve queda de 1,3% em setembro, em relação ao mês anterior, e manteve a trajetória descendente iniciada em outubro de 2014. Onze locais apresentaram taxas negativas, com os recuos mais acentuados verificados no Rio de Janeiro (-2,5%), Paraná (-1,3%), Amazonas (-1,2%), em São Paulo (-1,2%), na Bahia (-1,2%), no Ceará (-1,0%) e em Minas Gerais (-1,0%). O Pará, com expansão de 2,4%, registrou o principal avanço em setembro de 2015.

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o setor industrial apresentou queda de 10,9% em setembro, com resultados negativos em 12 dos 15 locais pesquisados. Nesse mês, o recuo mais intenso foi no Rio Grande do Sul (-19,7%), pressionado, em grande parte, pela queda na produção dos setores de veículos automotores, reboques e carrocerias, máquinas e equipamentos, metalurgia e de produtos do fumo. Os estados do Amazonas (-13,1%), de São Paulo (-12,8%), do Ceará (-11,9%), de Santa Catarina (-11,6%), do Rio de Janeiro (-11,2%) e de Minas Gerais (-11,1%) também apresentaram resultados negativos mais acentuados do que a média nacional (-10,9%). A Bahia (-9,0%), o Paraná (-

7,8%), a Região Nordeste (-7,4%), Pernambuco (-7,2%) e Goiás (-4,7%) completaram o conjunto de locais com taxas negativas nesse mês.

Mato Grosso (18,3%) e o Pará (12,3%) tiveram os maiores avanços em setembro, impulsionados pelo comportamento positivo dos setores de produtos alimentícios e de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, no primeiro local, e de indústrias extrativas, no segundo. O Espírito Santo, com ligeira variação de 0,1%, também mostrou taxa positiva em setembro.

Fonte: Agência Brasil



Os sinais da crise nas montadoras

Montadoras reduzem produção em outubro e demitem mais 900

Segundo relatório divulgado pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) na sexta-feira (06), 11,8 mil trabalhadores já foram demitidos pelas montadoras este ano. Só em outubro, mais 900 trabalhadores foram demitidos pelas multinacionais do setor.

Para sustentar seus superlucros, as montadoras, além das demissões, arrocham os trabalhadores e com o aval do governo federal. Do total de 132,7 mil funcionários, 34% estão com alguma restrição em suas atividades, ainda segundo a Anfavea. Isso representa que ao menos 45 mil empregados estão em regime de redução de salário e jornada (PPE) ou afastados por férias coletivas ou lay-offs.

O relatório mensal de outubro ainda acusa um recuo de 30,1% na produção de automóveis (incluindo veículos de passeio, leves, caminhões e ônibus). A comparação é com relação a outubro de 2014. No acumulado do ano, a redução na produção chega a 21,1%.

A queda na produção reflete o baixo volume de vendas. Os licenciamentos caíram em outubro 37,4% na comparação anual. No acumulado do ano, as vendas padecem 24,25% sobre o mesmo período do ano passado.

Já os preços dos veículos, continuam entre os mais altos do mundo.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Trabalhadores contra fechamento da Usiminas

As centrais sindicais realizaram protestos nesta quarta-feira, 11, em Cubatão contra o encerramento da produção de aço na unidade da Usiminas. Em uma pré-reunião realizada na segunda-feira, 9, na sede do Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias da Construção do Mobiliário de Santos (Sintracomos) representantes de centrais sindicais se uniram para acertar os detalhes da manifestação, e

convocar os funcionários da Usiminas a participar de uma assembleia que poderá deflagrar em uma greve por tempo indeterminado.

De acordo com as centrais, lojistas em apoio ao movimento não abrirão seus estabelecimentos e, em toda a cidade, carros de som, irão percorrer ruas e comércios, distribuindo panfletos e conclamando a população para se manifestar contra a medida da Usiminas que irá provocar a demissão de pelo menos 4 mil trabalhadores.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Petrobrás: ameaças de desmante

Petroleiros negociam, mas não aceitam “desmante”

Greve garantiu abertura de negociação e petroleiros exigem resposta às pautas

Após uma semana de greve, com atos e mobilizações, os petroleiros garantiram que a direção da Petrobrás recebesse os representantes da categoria, nesta segunda-feira, 9. Os trabalhadores criticaram a empresa que insistiu em não apresentar propostas referentes às



reivindicações do movimento. Novas audiências foram marcadas para esta semana e diante da falta de diálogo concreta, a os petroleiros decidiram manter a greve.

Ambas as entidades da categoria, a FNP (Federação Nacional dos Petroleiros) e a FUP (Federação Única dos Petroleiros), apontam que não houve respostas em relação ao plano de desinvestimento da estatal, que visa a venda de ativos equivalentes a 40% da empresa, além de reduzir os investimento pela metade.

Outro ponto crucial é o ACT (Acordo Coletivo de Trabalho). Após a mobilização dos petroleiros, a proposta de reajuste salarial foi elevada de 5,73 para 8,11%, no entanto o índice permanece abaixo da inflação, e foi rejeitado nas assembléias.

O coordenador geral da FUP, José Maria Rangel, criticou a política da empresa que está seguindo o receituário de arrocho do governo federal: “O mundo todo já experimentou essa receita de ajuste fiscal e já se viu que não dá resultado. Por que o ajuste fiscal é só no lombo do trabalhador”. Além disso, ele condenou as práticas anti-sindicais da estatal. “Estamos enfrentando o maior ataque à organização sindical da nossa história, fruto do ódio de classe que está instalado no país e que tem sido semeado também dentro da companhia”, ressaltou.

Para a FNP, a estatal não está disposta a negociar de fato. A entidade publicou que pede a negociação desde muito antes de a greve se iniciar, “diferentemente da Petrobrás que se levantou da mesa de negociações uma vez e cancelou reuniões pelo menos duas vezes. Diferentemente da postura das gerências das unidades da Petrobrás que têm solicitado a presença ostensiva da Polícia Militar em frente

aos Terminais, Refinarias, prédios administrativos, para reprimir o direito de greve.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Saque na poupança é o maior em 20 anos

De acordo com dados do Banco Central (BC) divulgados na sexta-feira (06), os brasileiros têm cada vez mais recorrido à poupança para cobrir as despesas. Os saques já superaram os depósitos em R\$ 57 bilhões em 2015 até outubro, o maior volume de retiradas dos últimos 20 anos para o período, desde quando o BC começou a reunir os dados das instituições bancárias. Somente em outubro, o número de retiradas foi maior que as aplicações em R\$ 3,2 bilhões – também um recorde para o período.

No caso do resultado anual, trata-se da primeira vez desde 2003 que se vê o volume de saques maior em todos os meses do ano.

A sangria da poupança se deve ao alto índice de desemprego, combinado ao arrocho salarial, alta inflação e juros elevados.

Segundo o diretor de pesquisas econômicas da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), Miguel Ribeiro de Oliveira, “a renda das famílias está sendo cada vez mais comprometida, fazendo com que os recursos disponíveis para poupar sejam resgatados para completar a renda e para o pagamento dos seus compromissos”.

“Para a Anefac, já que o quadro de inflação e juros elevados, queda de renda, desemprego, além da Selic elevada não irá se modificar em 2015, a tendência para os próximos meses é de



que este movimento de redução no volume dos depósitos da poupança se acentue, agravado ainda mais em um ambiente econômico mais recessivo com a elevação nos índices de desemprego e de inadimplência”, enfatiza o representante da entidade.

Enquanto isso, o percentual de famílias endividadas em outubro chegou a 62,1%, segundo dados da Confederação Nacional do Comércio (CNC), que identificou que a inadimplência, apesar de majoritariamente concentrada no cartão de crédito pelos juros abusivos cobrados pelos bancos, também começa a atingir as contas dos serviços básicos, como água e luz.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



MTPS: oficinas de rotatividade

MTPS e Dieese realizam oficina sobre rotatividade no mercado de trabalho brasileiro

O Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) realizou, em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a Oficina de Rotatividade “Os desafios para enfrentar a rotatividade no mercado de trabalho brasileiro:

análise com recorte setorial”. O evento aconteceu nos dias 11 e 12 de novembro, em Brasília.

A oficina, voltada para gestores e técnicos do governo federal, tem como objetivo estimular o debate para criação de políticas públicas para combater a rotatividade no mercado de trabalho a partir da apresentação de resultados do convênio Desenvolvimento de Instrumentos e Atualização dos Indicadores de Apoio à Gestão de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda, celebrado entre MTPS e Dieese.

Fonte: MTPS

Ministro destaca importância das políticas apoiadas pelo FAT

Em sua primeira reunião do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto, defendeu as políticas de proteção social como o Abono Salarial e o Seguro-Desemprego e a sustentabilidade do Fundo. A reunião foi nesta terça-feira (10) em Brasília.

Rossetto ressaltou a iniciativa do Conselho para fortalecer essas políticas e garantiu sua participação efetiva nos debates sobre a expansão do mercado formal, diminuição da rotatividade e a consolidação de um sistema público de emprego diante do novo cenário da economia brasileira. “Neste momento precisamos de políticas ativas que possibilitem a manutenção do emprego e assegurem os benefícios de proteção proporcionados pelo FAT”, avaliou Rossetto.

Fonte: MTPS



Senado aprova negociação coletiva na administração pública

Segue para a análise da Câmara dos Deputados o PLS 397/2015, do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), que estabelece normas gerais para a negociação coletiva na administração pública. O projeto está entre os listados pela Agenda Brasil, considerada prioritária pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

De acordo com o texto, aprovado nesta quarta-feira (11) pela Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional do Senado Federal, os servidores e empregados públicos poderão, por meio da negociação coletiva mediada por sindicatos, tratar com representantes do Estado questões relativas a planos de carreira, padrões remuneratórios, condições de trabalho, aposentadoria, planos de saúde e política de recursos humanos, entre outras.

Na avaliação de Anastasia, a adoção da negociação coletiva pela administração pública contribuirá para a modernização e a democratização das relações entre o Estado e os servidores. O relator, senador Douglas Cintra (PTB-PE), elogiou o projeto. Ele lembrou que na reunião do dia 28 de outubro foi aprovado o pedido de vista coletiva e acrescentou que foram feitos pequenos ajustes no texto, depois de sugestões de entidades sindicais. Cintra ainda destacou que o projeto também pode reduzir a carga de ações no Judiciário.

Fonte: Agência Senado

Pagamento do 13º salário deverá injetar R\$ 173 bilhões na economia, diz Dieese

O pagamento do décimo terceiro salário deve injetar na economia brasileira cerca de R\$ 173 bilhões até dezembro de 2015, segundo estimativa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Em 2014, foram R\$ 158 bilhões. O valor representa 2,9% do Produto Interno Bruto (PIB). De acordo com o Dieese, aproximadamente 84,4 milhões de brasileiros devem receber o décimo terceiro salário este ano, o que irá significar renda extra de R\$ 1.924. O número de trabalhadores que irão receber o benefício é 0,3% inferior ao de 2014.

O Dieese explica que o impacto é uma "projeção do volume total de 13º salário que entra na economia ao longo do ano, e não necessariamente nos dois últimos meses de 2015", apesar de a maior parte do valor ser pago no final do ano.

No cálculo, o Dieese considera os trabalhadores do mercado formal. Não leva em conta os autônomos, assalariados sem carteira assinada ou trabalhadores com outros contratos que recebem algum tipo de abono no fim do ano.

Dos trabalhadores que irão receber o benefício, cerca de 33,6 milhões são aposentados ou pensionistas do INSS, que somam R\$ 51,5 bilhões (29,7% do montante total a ser pago). "Considerando-se apenas os beneficiários do INSS, o quantitativo chega a 32,6 milhões de pessoas e um valor de R\$ 32,7 bilhões. Outros R\$ 121,7 bilhões, ou 70,3% do total, irão para os empregados formalizados; incluindo os



empregados domésticos. Aos aposentados e pensionistas da União, caberá o equivalente a R\$ 8 bilhões (4,6%), aos aposentados e pensionistas dos Estados, R\$ 8,6 bilhões (5,0%) e R\$ 2,1 bilhões aos aposentados e pensionistas dos regimes próprios dos municípios", informa o Dieese.

Distribuição por região

Conforme o Dieese, 51,3% do benefício ficarão nos estados do Sudeste, região com maior número de trabalhadores, aposentados e pensionistas. O maior valor médio do décimo terceiro será pago no Distrito Federal (R\$ 3.590) e o menor no Maranhão e Piauí (média de R\$ 1,3 mil).

Fonte: Agência Brasil

Comissão aprova uso de sistema biométrico para pagamento de benefícios

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados aprovou proposta que torna obrigatório o uso de sistema de identificação biométrica para o pagamento de benefícios da Seguridade Social e outros benefícios pagos pelo governo federal. Pelo texto, o uso de outros sistemas de identificação, como cartão e senha, somente será permitido nos casos em que houver impossibilidade de identificação biométrica do beneficiário.

O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Eduardo Cury (PSDB-SP), ao Projeto de Lei 4646/09, do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP). O projeto

original também obriga a utilização de sistema de identificação biométrica para transações de financiamentos e empréstimos pessoais consignados e para a habilitação de aparelhos e contratação de serviços de telefonia celular pré-paga. O substitutivo excluiu a obrigação para esses casos.

"Ao contrário dos benefícios pagos pelo Estado, as relações bancárias, a venda de aparelhos celulares e a prestação dos serviços de telecomunicações transcorrem no âmbito do direito privado e são regidas por legislações da esfera do direito comercial", disse o relator. "Dessa maneira, não cabe ao Poder Público estabelecer procedimentos específicos de telecomunicações para a identificação de agentes nas operações dessa esfera", completou Cury.

O substitutivo também torna obrigatório o uso de registro fotográfico dos correntistas em contratos de empréstimos bancários - iniciativa prevista no projeto apensado (PL 2093/15) e acolhida pelo relator em seu texto.

Caso a proposta seja aprovada pelos parlamentares, a lei entrará em vigor 90 dias após a sua publicação.

Fonte: Agência Câmara

Trabalhador poderá usar FGTS na aquisição de imóvel para pai ou filho

Três novas hipóteses para resgate, pelo trabalhador, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) podem ser incluídas na lei: o financiamento de um imóvel para o pai ou para o filho; o pagamento de dívida de imóvel rural



pertencente ao titular, a seus pais ou filhos; e a aquisição de um imóvel pertencente a parente do titular que seja objeto de inventário. É o que propõe o PLS 337/2015, do senador Donizeti Nogueira (PT-TO), aprovado nesta quarta-feira (11) pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O texto segue para a análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O relator na CAS foi Paulo Paim (PT-RS), que lembrou que o FGTS foi criado exatamente como um instrumento de poupança institucionalizada, um mecanismo que permite ao trabalhador a formação de uma reserva, fazendo frente a necessidades de grande relevância, como a aquisição da casa própria. O senador também elogiou a ideia de liberar o FGTS para aquisição de imóvel rural ou nos casos específicos de inventário.

— Referem-se à preservação dos bens da família, muitas vezes adquiridos com sacrifício, evitando a perda ou a alienação a terceiros em detrimento de um herdeiro que tenha o legítimo interesse na manutenção desse bem — afirmou.

Fonte: Agência Senado

Súmula 14 - Retenção da Carteira de Trabalho por si só não gera danos morais

Seguindo a súmula 14 do Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso, a 2ª Turma do Tribunal negou o pedido de danos morais de um empregado que alegou que a empresa reteve sua Carteira de Trabalho (CTPS) por quatro meses. Não ficou provado o dano nem a culpa do empregador, por isso o pedido foi negado.

A súmula n.14 estabelece que a retenção da carteira de trabalho, compreendida como a manutenção do documento pelo empregador por prazo superior a 48 horas, não enseja, por si só, o direito à reparação por dano moral.

Conforme destacou o desembargador Osmair Couto, relator do Incidente de Uniformização de Jurisprudência (IUJ), que deu origem à súmula 14, na vida em sociedade o indivíduo constantemente está sujeito a ter os seus interesses contrariados e a se sentir, de alguma forma, constrangido ou humilhado. Assim, há necessidade de questionar se todo e qualquer aborrecimento tem o condão de gerar um dano moral indenizável. Não é o caso, para ele, da simples retenção da carteira de trabalho.

Fonte: *Âmbito Jurídico*

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)